

**Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros
- VERT PROVI**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Com relatório dos auditores independentes

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Índice

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais	10
Demonstrações do resultado	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	16

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert – Provi

Relatório da Administração

São Paulo, 04 de março de 2026

Em atendimento aos preceitos legais e estatutários, a administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert-Provi, tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as informações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Dados Gerais das Emissões

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI realizou duas emissões de debêntures. A primeira emissão ocorreu em 20 de janeiro de 2020, consistindo em duas séries simples e não conversíveis em ações. O prazo de vencimento das debêntures foi estabelecido para 20 de janeiro de 2025, e foram emitidas um total de 15.000 (quinze mil) debêntures, sendo 10.000 (dez mil) da primeira série e 5.000 (cinco mil) da segunda série. Cada debênture tem um valor unitário de R\$ 1 (mil reais).

Já a segunda emissão foi realizada em 16 de outubro de 2020, composta por 50.000 (cinquenta mil) debêntures distribuídas em três séries distintas. A primeira série contou com 32.500 (trinta e duas mil e quinhentas) debêntures, a segunda com 10.000 (dez mil), a terceira com 7.500 (sete mil e quinhentas). Em 08 de junho de 2022 foi emitida mais uma série, a quarta, com 2.500 (duas mil e quinhentas) debêntures. Assim como na primeira emissão, cada debênture da segunda emissão tem valor unitário de R\$ 1 (mil reais) e o prazo de vencimento de todas as séries é 16 de outubro de 2025.

Dados Gerais das Séries

Abaixo, apresentamos as informações gerais das séries da primeira emissão e em seguida da segunda emissão de debêntures, juntamente com suas respectivas especificações:

1ª Emissão	Sênior	Subordinada
Código IF	CFRN11	CFRN21
Taxa de remuneração a.a	CDI + 5%	Prêmio
Quantidade em circulação	-	-

2ª Emissão	Sênior	Mezanino	Subordinada 1	Subordinada 2
Código IF	CFRN12	CFRN22	CFRN32	CFRN42
Taxa de remuneração a.a	CDI + 7,5%	CDI + 11%	Prêmio	Prêmio
Quantidade em circulação	32.500	10.000	7.500	2.500

Dados Gerais na Data-Base:

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo total das debentures é apresentado da seguinte maneira:

Código IF	Preço Unitário	Quantidade em circulação	Saldo devedor
CFRN22	R\$ 470,89	10.000	R\$4.709
CFRN32	R\$ 1.000,00	7.500	R\$7.634
CFRN42	R\$ 1.000,00	2.500	R\$2.500
PRÊMIO	-	-	R\$(12.838)

Performance da Carteira de Créditos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a carteira de créditos oriunda de operações de créditos financeiros, lastro da operação é composta da seguinte maneira:

Carteira em 31 de dezembro de 2025	1ª Emissão	2ª Emissão
Valor Presente Bruto	-	R\$27.552
Provisão para Devedores Duvidosos	-	R\$(25.414)
Valor Presente Líquido	-	R\$2.138
Prazo Médio	-	4,51
Taxa de juros média (a.m.)	-	3,00%

Recebimento de direitos creditórios

Durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2025 a Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert - Provi recebeu um montante de R\$ 6.241 em direitos creditórios.

Provisão para Devedores:

Para as provisões de créditos de devedores duvidosos, a Companhia registrou uma provisão para devedores duvidosos no montante acumulado de R\$ 25.414 até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Vale ressaltar que a Companhia está empenhada em trabalhar juntamente com o agente de cobrança para recuperar esses créditos, embora seja importante destacar que os créditos securitizados não possuem garantias por bens reais.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas da

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI**. (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Realização dos recebíveis vinculados às operações de securitização

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 4, que descreve os direitos creditórios (CCBs) e a provisão para perdas esperadas registrada pela Companhia. A realização desses recebíveis depende do efetivo recebimento dos fluxos de caixa dos créditos subjacentes, conforme as condições contratuais. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Securitização de créditos financeiros

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4, a Companhia mantém direitos creditórios representados por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), adquiridos no contexto de suas operações de securitização de créditos financeiros e vinculados às emissões de debêntures. Em 31 de dezembro de 2025, esses direitos creditórios totalizam R\$ 27.552 mil, com provisão para perdas esperadas no montante de R\$ 25.414 mil, resultando em saldo líquido de R\$ 2.138 mil.

A mensuração dos direitos creditórios e a determinação da provisão para perdas esperadas envolvem julgamento significativo da Administração, especialmente quanto às premissas de inadimplência, histórico de recebimentos, prazos de vencimento, estágio de cobrança e demais características dos tomadores, bem como à integridade das informações utilizadas na elaboração dessas estimativas. Adicionalmente, a adequada formalização e vinculação dos recebíveis às operações de securitização é relevante para a apresentação e divulgação desses saldos nas demonstrações financeiras.

Em função da relevância do saldo, do grau de julgamento envolvido e do potencial impacto sobre as demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Em resposta ao risco significativo de auditoria identificado, efetuamos procedimentos específicos de auditoria, que incluem, mas não se limitam a:

- Avaliar os critérios de reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios e sua aderência às condições contratuais e aos critérios de elegibilidade previstos na documentação da operação;
- Conciliar a posição da carteira de recebíveis com os controles contábeis e operacionais da Companhia e avaliar, em bases amostrais, a documentação suporte;
- Avaliar a integridade e a consistência dos dados utilizados na mensuração e na apuração das perdas esperadas;
- Testar, em bases amostrais, os recebimentos ocorridos ao longo do exercício e, quando aplicável, recebimentos subsequentes;
- Avaliar, em base amostral, o cálculo do custo amortizado e dos juros (taxa efetiva) dos recebíveis, quando aplicável, com base nas condições pactuadas;
- Avaliar a metodologia adotada para a provisão para perdas esperadas, incluindo a movimentação da provisão, critérios de segmentação e premissas utilizadas, bem como a consistência com a evidência disponível;
- Revisão dos papéis de trabalho dos auditores independentes relativos ao exercício anterior;

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)--Continuação

Como nossa auditoria conduziu esse assunto--Continuação

- Avaliação da adequação das divulgações relacionadas aos direitos creditórios e à provisão para perdas esperadas, incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos executados, não identificamos distorções relevantes relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos direitos creditórios e da provisão para perdas esperadas, e consideramos adequadas as divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 06 de março de 2025, sem modificação.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras--Continuação

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 04 de março de 2026.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	506	561
Recebíveis	4	1.713	4.784
Impostos a recuperar		25	25
Outras contas a receber		1	1
Total do ativo circulante		2.245	5.371
Ativo não circulante			
Recebíveis	4	425	1.099
Total do ativo não circulante		425	1.099
Total do ativo		2.670	6.470
Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	5	63	56
Obrigações fiscais		5	3
Debêntures	6	2.005	5.825
Outras obrigações		605	594
Total do passivo circulante		2.678	6.478
Patrimônio líquido			
Capital social	7	10	10
Prejuízos acumulados		(18)	(18)
Total do patrimônio líquido		(8)	(8)
Total do passivo e patrimônio líquido		2.670	6.470

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(1.038)	(1.445)
Reversão/Provisão para perda de crédito esperada	8	1.515	(1.322)
Provisão de remuneração dos debenturistas	8	(28)	1.885
Lucro/(Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		<u>449</u>	<u>(882)</u>
Resultado financeiro	9	(449)	882
Receitas financeiras	9	1.054	3.946
Despesas financeiras	9	(1.503)	(3.064)
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>-</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>
Resultado por ação referente às ações ordinárias		-	-
Resultado por ação referente às ações preferenciais		-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado líquido do exercício	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Notas	Capital social	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	<u>10</u>	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>10</u>	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		<u>10</u>	<u>(18)</u>	<u>(8)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	-	-
Ajustes por:		
Provisão de remuneração dos debenturistas	28	(1.885)
Rendimento sobre a carteira de créditos	(981)	(3.860)
Outros ajustes da carteira de créditos	-	(47)
Reversão/Provisão para redução a valor recuperável	(1.515)	1.322
Juros sobre as debêntures	1.485	2.958
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Empréstimos e recebíveis	6.241	17.036
(Redução) aumento nos passivos operacionais		
Fornecedores	18	101
Obrigações fiscais	2	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.278	15.624
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de debêntures	(1.497)	(11.229)
Amortização de principal de debêntures	(3.836)	(4.652)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(5.333)	(15.881)
Redução líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(55)	(257)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	561	818
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	506	561
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(55)	(257)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - VERT PROVI

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Receita operacional	-	-
Provisão de remuneração dos debenturistas	-	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.019)	(1.426)
	(1.019)	(1.426)
Valor adicionado (consumido) bruto	(1.019)	(1.426)
Depreciação e amortização	-	-
Valor adicionado (consumido) líquido	(1.019)	(1.426)
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras (despesas financeiras), incluindo variação cambial líquida	1.054	3.946
Reversão/Provisão para perda de crédito esperada	1.515	(1.322)
Provisão para perda da carteira	(28)	1.885
	2.541	4.509
Valor adicionado (consumido) a distribuir	<u>1.522</u>	<u>3.083</u>
Distribuição do valor adicionado		
Despesas financeiras	1.503	3.064
Impostos, taxas e contribuições	19	19
Valor consumido distribuído	<u>1.522</u>	<u>3.083</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-PROVI (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

O objeto social da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas pelas entidades enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000; a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.1. Data de Início da emissão

1ª Primeira Emissão

A 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora teve data de emissão das Debêntures em 20 de janeiro de 2020 tem prazo de 5 (cinco) anos, sendo o vencimento final das Debêntures em 20 de janeiro de 2025. O valor total da Emissão foi de R\$ 15.000. Foram emitidas 15 (quinze mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo 10 (dez mil) Debêntures da primeira série (“Primeira Série” e “Debêntures da Primeira Série”) e 5 (cinco mil) Debêntures da segunda série (“Segunda Série” e, em conjunto com Primeira Série, “Séries”, e “Debêntures da Segunda Série”). Em 25 de julho de 2024, foi definido em assembleia geral dos debenturistas a autorização sobre alienação da totalidade das CCBs – (cédulas de créditos bancário) e consequentemente o resgate antecipado das debêntures da 1ª (primeira emissão).

2ª Primeira Emissão

A 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora, sendo a 1ª (primeira) emissão pública, cuja data de emissão das Debêntures foi em 16 de outubro de 2020 tem prazo de 5 (cinco) anos, sendo o vencimento final das Debêntures em 16 de outubro de 2026. O valor total da Emissão foi de R\$ 52.500 (cinquenta e dois milhões e quinhentos mil reais).

Foram emitidas 52.500 (cinquenta e duas mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo 32.500 (trinta e duas mil e quinhentas) Debêntures da primeira série (“Primeira Série” e “Debêntures da Primeira Série”), 10.000 (dez mil) Debêntures da segunda série (“Segunda Série” e Debêntures da Segunda Série), 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures da terceira série (“Terceira série”), e 2.500 (duas mil e quinhentas) Debêntures da quarta série (“Quarta série e, em conjunto com a Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série, “Séries” e “Debêntures da Quarta Série”).

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.2. Sumário das operações efetuadas

A Emissora tem por objeto social:

(i) A aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos educacionais instrumentalizados por meio da emissão de cédulas de crédito bancário (“CCBs”) e originados por meio de plataforma eletrônica, desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada (“Resolução CMN nº 2.686”); (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

1.3. Forma de utilização de derivativos e os riscos envolvidos

A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão.

1.4. Critérios previstos para a revolvência dos direitos creditórios

A estrutura da emissão não conta com critérios para revolvência dos direitos creditórios.

1.5. Mecanismos de retenção de risco utilizados na estrutura da securitização, tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período

Conforme item 3.15 da Escritura da 2ª emissão, em garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações relativas ao pagamento do Valor Nominal Unitário, da remuneração, amortização, encargos moratórios e demais obrigações pecuniárias assumidas pela Emissora, as Debêntures da Primeira e da Segunda Séries contam com garantia real, constituída por meio de cessão fiduciária de direitos creditórios, formalizada no “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” (“Contrato de Garantia”), celebrado nos termos dos artigos 125 e 126 do Código Civil e demais normas aplicáveis, e devidamente registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo – SP.

Adicionalmente, as Debêntures da Terceira e da Quarta Séries são subordinadas às Debêntures da Primeira e da Segunda Séries no recebimento de quaisquer valores, configurando mecanismo adicional de retenção de risco na estrutura da securitização. Referidas séries não contam com garantia real, sendo remuneradas por meio de prêmio sobre a receita dos direitos creditórios vinculados, conforme previsto na Escritura de Emissão.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1.6. Riscos

(i) Riscos relacionados à Emissora:

- **Atrasos, inadimplemento dos pagamentos dos créditos financeiros à Emissora e outros eventos podem afetar negativamente a capacidade da Emissora de honrar as suas obrigações**

A principal fonte de recursos da Emissora para efetuar o pagamento dos valores mobiliários por ela emitidos decorre do pagamento dos créditos financeiros integrantes da sua carteira pelos respectivos devedores.

- **A não aquisição de Direitos Creditórios Vinculados e a validade de sua formalização pode prejudicar as atividades da Emissora.**

A Emissora não possui a capacidade de originar créditos para securitização e, portanto, sua atividade depende de sua parceria e da Plataforma (conforme abaixo definido) da Provi Soluções e Serviços Ltda., acessível por meio do website <https://provi.com.br/>. O sucesso na aquisição dos direitos creditórios vinculados – quais sejam, as Cédulas de Crédito Bancário (“CCBs”) efetivamente cedidas e endossadas para a Emissora e os créditos que delas decorrem (“Direitos Creditórios Vinculados”) – é fundamental para o desenvolvimento das atividades da Emissora.

- **Solvência dos devedores.**

As plataformas somente têm responsabilidade pela devida origem dos Direitos Creditórios, não respondendo pela solvência dos devedores, cabendo exclusivamente à Emissora suportar o risco de inadimplência dos devedores. Caso a inadimplência ocorra, a Emissora deve cobrar os devedores, sendo que o atraso nos pagamentos dos Direitos Creditórios e o resultado incerto dos procedimentos de cobrança podem afetar negativamente os resultados da Emissora. A Emissora e a Provi não respondem pela solvência dos Direitos Creditórios, sendo que os investidores reconhecem que não tem qualquer direito de ação contra a Emissora ou a Provi em caso de inadimplemento dos Direitos Creditórios.

- **A formalização das operações de empréstimos que dão origem aos Direitos Creditórios Vinculados pode ser questionada judicialmente, podendo aumentar a dificuldade (e o tempo dispendido) na cobrança judicial dos créditos inadimplidos.**

- **A Emissora pode enfrentar desafios em virtude se tratar de uma empresa em crescimento e recém atuante em um mercado competitivo.**

- **O sucesso da Emissora apoia-se na existência de uma equipe qualificada. A perda de “pessoas chave”, ou a incapacidade de atrair e manter estas pessoas pode ter um efeito adverso relevante sobre a Emissora.**

- **A falta de acesso a capital adicional em condições satisfatórias pode restringir o crescimento e desenvolvimento futuro da Emissora, o que pode prejudicar sua situação financeira, assim como seus resultados operacionais.**

- **A baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de valores mobiliários com lastro em créditos financeiros pode dificultar o desinvestimento por titulares de valores mobiliários de emissão da Emissora.**

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Decisões judiciais e novas regulamentações.**

Determinadas decisões judiciais estabeleceram que as cessões de direitos creditórios a entidades não participantes do Sistema Financeiro Nacional – tais como securitizadoras de créditos financeiros – não atribuiriam, a tais cessionários, as mesmas prerrogativas que seriam atribuídas a entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional, como a possibilidade de cobrança de encargos, juros e correção monetária próprios de instituições financeiras.

- **Validade da cessão dos Direitos Creditórios.**

A validade da cessão dos Direitos Creditórios à Emissora pode ser questionada por obrigações assumidas pela instituição financeira cedente e/ou em decorrência de intervenção ou liquidação extrajudicial. Os principais eventos que podem afetar a cessão dos Direitos Creditórios consistem (a) na existência de garantias reais sobre os Direitos Creditórios, constituídas antes da sua cessão à Emissora, sem conhecimento da mesma; (b) na existência de penhora ou outra forma de constrição judicial sobre os Direitos Creditórios, ocorridas antes da sua cessão à Emissora e sem o conhecimento da mesma; (c) na verificação, em processo judicial, de fraude contra credores ou fraude à execução praticada pelo cedente, ou caso a cessão dos Direitos Creditórios seja considerada simulada; e (d) na revogação da cessão dos Direitos Creditórios à Emissora, quando restar comprovado que tal cessão foi praticada com a intenção de prejudicar os credores da instituição financeira cedente. Nessas hipóteses, os Direitos Creditórios podem ser alcançados por obrigações da instituição financeira cedente e o patrimônio da Emissora pode ser afetado negativamente.

- **Originação por meio fraudulento.**

A Emissora pode adquirir Direitos Creditórios relacionados a empréstimos cujo devedor tenha se utilizado de meio fraudulento para a sua obtenção. Ocorrida essa hipótese, a Emissora não pode exigir o pagamento desses valores por parte dos devedores lesados, restando-lhe somente exigir da instituição financeira cedente a restituição do preço pago na aquisição dos Direitos Creditórios fraudulentos. A restituição devida pela instituição financeira cedente pode demorar ou simplesmente não ocorrer. Em ambos os casos, haveria impacto negativo no patrimônio e na rentabilidade da Emissora.

- **As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.**

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Emissora com relação às Debêntures, tais como, mas não se limitando ao (i) pedido de recuperação judicial e extrajudicial pela Emissora; (ii) não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão; (iii) não observância do Índice Financeiro; e (iv) vencimento antecipado de outras dívidas da Emissora.

- **A Oferta Restrita tem limitação do número de subscritores.**

A Oferta Restrita conta com a participação de no máximo 50 Investidores Profissionais, o que pode afetar de forma adversa a definição da taxa de remuneração final das Debêntures, podendo, inclusive, promover a sua má formação ou descaracterizar o seu processo de formação.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **O investidor titular de Debêntures pode ser obrigado a acatar decisões deliberadas em Assembleia de Debenturistas.**

- **Risco relacionado ao escopo limitado da auditoria jurídica.**

A auditoria jurídica realizada no âmbito da Oferta Restrita teve escopo limitado a determinados aspectos legais, como aspectos societários, aspectos financeiros e certidões fiscais, administrativas e judiciais, não abrangendo todos os aspectos relacionados à Emissora.

- **Risco de formalização periódica das CCBs cedidas fiduciariamente.**

A escritura de Emissão específica que, mensalmente, a Emissora enviará ao Agente fiduciário um relatório com a lista atualizada dos Direitos Creditórios Vinculados. Em caso de ocorrência de Evento de Vencimento Antecipado das Debêntures em momento anterior à tais datas, a lista de Direitos Creditórios Vinculados à Emissão em benefício dos Debenturistas pode estar desatualizada, impactando os montantes a serem pagos aos Debenturistas.

- **Risco de fungibilidade.**

Na hipótese de os devedores realizarem os pagamentos referentes aos Direitos Creditórios diretamente para as plataformas eletrônicas ou as entidades a elas relacionadas, por qualquer motivo, estas devem repassar tais valores à Emissora. Não há garantia de que as plataformas eletrônicas ou as entidades a elas relacionadas repassarão tais recursos para a conta da Emissora, situação em que a Emissora pode sofrer perdas, podendo inclusive incorrer em custos para reaver tais recursos.

- **Indisponibilidade de recursos.**

Ocorrendo o vencimento antecipado dos valores mobiliários emitidos pela Emissora, a Emissora pode não dispor de recursos imediatos para efetuar o pagamento (por exemplo, pelo fato de os Direitos Creditórios ainda não serem exigíveis dos respectivos devedores). Nesse caso, (a) os investidores teriam seus valores mobiliários pagos mediante entrega dos Direitos Creditórios; ou (b) o pagamento dos referidos valores mobiliários ficaria condicionado (1) ao vencimento e pagamento pelos devedores dos Direitos Creditórios; ou (2) à venda dos Direitos Creditórios a terceiros, sendo que o preço praticado poderia causar perdas.

- **Riscos relacionados a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

A Emissora não pode garantir que eventual mudança no seu grupo de controle não resulte em riscos decorrentes de tal mudança, incluindo, sem limitação, divergências entre os acionistas, alterações de estratégias e/ou problemas operacionais.

- **Riscos relacionados a seus clientes**

A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes de determinados valores mobiliários emitidos nos termos da Resolução CMN nº 2.686/00 depende do pagamento pelos devedores dos Direitos Creditórios Vinculados. A capacidade da Emissora de honrar suas obrigações decorrentes de determinados valores mobiliários emitidos nos termos da Resolução CMN 2.686/00 depende do pagamento pelos devedores dos créditos financeiros.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- **Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Emissora atue**

A securitização de créditos financeiros é uma operação recente no Brasil e eventuais incertezas sobre o setor podem ter efeito adverso sobre a Emissora.

Inexistência de jurisprudência consolidada acerca da securitização. Eventuais alterações na regulamentação em vigor poderiam afetar os negócios da Emissora.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente nossos negócios, resultados de suas operações e o preço de negociação de nossas ações.

- **Riscos relacionados ao cedente:**

- **Risco da instituição financeira cedente.**

Tendo em vista seu objeto social, a Emissora somente pode adquirir direitos creditórios oriundos de operações originadas por meio de plataforma gerenciada pela Provi ou sociedades que compõem seu grupo econômico, sendo que suas atividades estão condicionadas à continuidade das operações desta plataforma e da instituição financeira cedente e à sua capacidade de originação de Direitos Creditórios.

- **Riscos decorrentes dos critérios adotados para concessão de crédito.**

A Emissora está sujeita aos riscos inerentes ao processo de originação dos Direitos Creditórios e à política de crédito adotada pela Provi, das sociedades de seu grupo econômico e/ou instituição financeira. Os resultados da Emissora podem sofrer impactos em razão de sua exposição à política de créditos de terceiros sobre a qual a Emissora não possui ingerência.

- **Processos internos da plataforma da Provi Soluções e Serviços Ltda. ou as sociedades que compõem seu grupo econômico e das instituições financeiras.**

- **Falência do cedente.**

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 04 de março de 2026.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), moeda funcional da Companhia.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas contábeis pela Administração, que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas são revisadas periodicamente e, quando aplicável, os efeitos das revisões são reconhecidos prospectivamente.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, como para determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais --Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; e (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.8. Critérios para a constituição de provisão para perdas por redução no valor de recuperação dos direitos creditórios

As emissões revisam periodicamente sua carteira de CCB de forma a avaliar a existência de perda por redução ao valor recuperável nas suas operações e consequentemente determinar as provisões para devedores duvidosos, objetivando a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas vigentes, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil dos Tomadores. A tabela de provisão para devedores duvidosos válida na data de emissão é a seguinte:

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

2ª Emissão

Dias de inadimplência	Faixa de Provisão %
De 0 a 5	0
De 5 a 15	$(3x-15)/100$
De 15 a 30	$(x+15)/100$
De 30 a 45	$((7/3)x-25)/100$
De 45 a 60	$(x+35)/100$
De 60 a 90	$(1/6)x+85)/100$
Acima de 90	1

2.9. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método direto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.10. Demonstração de Valor Adicionado (DVA)

A demonstração do valor adicionado (DVA) é elaborada e apresentada conforme de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 09 “Demonstração do valor adicionado”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.11. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados de acordo com o modelo de negócios da Companhia e as características de seus fluxos de caixa contratuais.

Os direitos creditórios (CCBs) e demais créditos a receber são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas. As aplicações financeiras de liquidez imediata, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, são mensuradas ao custo amortizado, não havendo diferença relevante em relação ao valor justo.

Os passivos financeiros, incluindo as debêntures e fornecedores, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.12. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia, como provisão para perda na carteira de créditos a receber, provisão para perda no prêmio das debêntures e provisão para contingências. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2.13. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente pronunciamentos emitidos pelo IASB e pelo CPC que ainda não estejam vigentes na data de encerramento do exercício. Os pronunciamentos, alterações e interpretações emitidos e ainda não vigentes estão descritos a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtópicos especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.	01/01/2027
IFRS 19, subsidiária sem responsabilidades públicas: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS	01/01/2027

A Companhia avaliou os potenciais impactos da adoção dos pronunciamentos acima e, até o momento, não espera que a adoção dessas normas resulte em impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras em exercícios futuros. Quaisquer efeitos identificados serão devidamente divulgados quando da adoção inicial, conforme requerido pelas normas aplicáveis.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta corrente	62	103
Aplicações financeiras	444	458
Total	506	561

Aplicações financeiras em certificados de depósito bancário (CDB), realizadas juntas ao Bradesco S.A, que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração em 100% baseada em CDI.

4. Recebíveis – Direitos Creditórios (CCBs)

O saldo de recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos.

a) Descrição das características dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são representados por Cédula de Crédito Bancário (“CCBs”) emitidas por determinadas pessoas jurídicas (“Tomador”) em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Provi.

As CCBs adquiridas com os recursos oriundos das Debêntures ou dos Direitos Creditórios Vinculados são automaticamente vinculadas às Debêntures emitidas por meio desta Escritura de Emissão, e passam a integrar os Direitos Creditórios Vinculados, para fins de amortização e do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e do Prêmio Sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados, nos termos da Resolução CMN 2.686.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantias

Na 2ª (segunda) emissão, as Debêntures da Primeira e da Segunda Séries contam com garantia real constituída por cessão fiduciária dos direitos creditórios. As Debêntures da Terceira e da Quarta Séries são subordinadas e não contam com garantia real.

b) Critérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia devem respeitar os seguintes critérios de elegibilidade:

- (a) O valor de emissão de CCB devida por um único Tomador não poderá ultrapassar o montante de R\$ 40.000 (quarenta mil reais);
- (b) O somatório dos saldos devedores das CCBs devidas pelos 50 (cinquenta) maiores tomadores não poderão ser superiores a 5% do valor total da emissão;
- (c) As CCBs não poderão estar vencidas da data de aquisição de referidas CCBs pela Emissora;
- (d) O vencimento das CCBs deverá ocorrer em, no máximo 90 dias antes da data de vencimento;
- (e) As CCBs não podem ser emitidas em favor de tomadores que estejam, na data prevista para aquisição das CCBs, inadimplentes com suas obrigações perante a emissora, por um prazo superior a 5 (cinco) dias úteis;
- (f) Cada CCB a ser adquirida pela emissora deverá ter a taxa interna de retorno mínima (TIR) estabelecida abaixo, conforme o caso;

Finalidade	TIR
CCB Saúde	1,65% a.m.
CCB Human Skills e de Negócios	2,5% a.m.
CCB Digital Skills	1,65% a.m.
CCB Mesadas	1,80% a.m.
CCB Outros	2,10% a.m.
CCB Finanças	2,10% a.m.
CCB Música	2,10% a.m.
CCB Estética	2,10% a.m.
CCB Gastronomia	2,10% a.m.

g) O saldo devedor de cada CCB a ser adquirida pela Emissora deverá observar os limites de concentração máximo em relação ao Valor Total da Emissão estabelecidos abaixo, conforme o caso:

Finalidade	TIR
CCB Saúde	25%
CCB Human Skills e de Negócios	15%
CCB Digital Skills	37,50%
CCB Mesadas	37,50%
CCB Finanças	10%
CCB Música	3%
CCB Estética	3%
CCB Gastronomia	5%

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c) Composição dos recebíveis

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Carteira de crédito	27.552	32.812
Perda de crédito esperada	(25.414)	(26.929)
Total	2.138	5.883
Circulante	1.713	4.784
Não Circulante (i)	425	1.099

(i) As parcelas do ativo não circulante têm seus vencimentos, conforme seguem:

Ano	Valor
2027	288
2028	132
2029	5
	425

d) Movimentação dos recebíveis

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.883	20.651
Juros incorridos	981	3.860
Amortização	(6.241)	(17.036)
Dação em pagamento 1ª emissão	-	(11)
Provisão para perda de crédito esperada	1.515	(1.322)
Outros ajustes	-	(259)
Saldo final	2.138	5.883

e) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

Faixas	Valor Bruto	PECLD	31/12/2025
A vencer			
Até 30 dias	389	(166)	223
de 31 a 60 dias	364	(148)	216
de 61 a 90 dias	309	(123)	186
de 91 a 120 dias	285	(112)	173
de 121 a 150 dias	256	(101)	155
de 151 a 180 dias	216	(84)	132
de 181 a 360 dias	871	(317)	554
Acima de 361 dias	666	(241)	425
Vencidos			
Até 30 dias	247	(195)	52
de 31 a 60 dias	223	(209)	14
de 61 a 90 dias	212	(206)	6
de 91 a 120 dias	216	(214)	2
de 121 a 150 dias	215	(215)	-
de 151 a 180 dias	251	(251)	-
de 181 a 360 dias	1.824	(1.824)	-
Acima de 361 dias	21.008	(21.008)	-
Total dos direitos creditórios	27.552	(25.414)	2.138
Saldo curto prazo	5.878	(4.165)	1.713
Saldo longo prazo	21.674	(21.249)	425

f) Movimentação Provisão para Perda de Crédito Esperada

Descrição	Valor
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(27.912)
(+) Constituição para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.322)
(-) Reversão para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	2.305
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(26.929)
(+) Constituição para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	(73)
(-) Reversão para Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa	1.588
Saldo final em 30 de setembro de 2025	(25.414)

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

5. Fornecedores

O grupo de fornecedores é formado por contas a pagar com prestadores de serviços adquiridos, cujo vencimento ocorre em curto prazo.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Assessoria contábil (a)	4	4
Outros (b)	59	52
Total	63	56

São serviços contratados pela Companhia: (a) Assessoria Contábil, realizada pela Contábil Guararapes S/S Ltda EPP, responsável técnico pelo atendimento das obrigações contábeis e fiscais; (b) Outros Provi Soluções valores referentes à cobrança ativa, passiva, negociação e renegociação e assessores advocatícios.

6. Debêntures

a) Condições da escritura

De acordo com a escritura das Debêntures, a Emissão foi realizada no montante de R\$ 52.500 (cinquenta e dois milhões e quinhentas mil reais), emitidas 52.500 (cinquenta e duas mil) Debêntures no âmbito da Emissão, sendo 32.500 (trinta e duas mil e quinhentas) Debêntures da primeira série ("Primeira Série" e "Debêntures da Primeira Série"), 10.000 (dez mil) Debêntures da segunda série ("Segunda Série" e "Debêntures da Segunda Série"), 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures da terceira série ("Terceira série"), e 2.500 (duas mil e quinhentas) Debêntures da quarta série ("Quarta série e, em conjunto com a Primeira Série, a Segunda Série e a Terceira Série, "Séries" e "Debêntures da Quarta Série").

Remuneração

- A Primeira Série faz jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 7,50% (sete inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis.

- A Segunda Série faz jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 11% (onze por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias úteis.

- A Terceira e Quarta série Prêmio sobre a Receita dos Direitos Creditórios Vinculados.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantias

As Debêntures da Primeira e da Segunda Séries contam com garantia real, constituída por cessão fiduciária de direitos creditórios, formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, devidamente registrado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Escritura de Emissão.

As Debêntures da Terceira e da Quarta Séries são subordinadas às Debêntures da Primeira e da Segunda Séries e não contam com garantia real.

b) Direito de voto

Cada Debênture confere ao respectivo titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série. Para os fins das Cláusulas abaixo, exceto se disposto diversamente nesta Escritura, as Assembleias Gerais de Debenturistas devem compreender todas as séries, sendo os quóruns calculados considerando-se as Debêntures de todas as séries.

As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns desta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigam todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

c) Covenants

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros Vert – Provi não contempla a inclusão de *covenants* em suas operações de securitização.

d) sumário das principais deliberações de investidores reunidos em assembleia de investidores durante o trimestre

Em 22 de setembro de 2025 houve o edital de 1ª convocação da assembleia geral dos debenturistas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens:

- (i) aprovar a prorrogação da Data de Vencimento, prevista na cláusula 3.4. da Escritura de Emissão, em 12 (doze meses), portanto, para o dia 16 de outubro de 2026, assim como a alteração do Cronograma de Datas de Pagamento, previsto no Anexo II da Escritura de Emissão.

Em 16 de outubro de 2025 houve o edital de 1ª convocação da assembleia geral dos debenturistas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens:

- (i) aprovar a prorrogação da Data de Vencimento, prevista na cláusula 3.4. da Escritura de Emissão, em 12 (doze meses), portanto, para o dia 16 de outubro de 2026, assim como a alteração do Cronograma de Datas de Pagamento, previsto no Anexo II da Escritura de Emissão.

A totalidade dos Debenturistas, deliberaram por suspender a apreciação dos itens da Ordem do Dia, com a reabertura para o dia 21 de outubro de 2025 às 14h00.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 21 de outubro de 2025 houve o edital de 1ª convocação da assembleia geral dos debenturistas, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens:

- (i) aprovar a prorrogação da Data de Vencimento, prevista na cláusula 3.4. da Escritura de Emissão, em 12 (doze meses), portanto, para o dia 16 de outubro de 2026, assim como a alteração do Cronograma de Datas de Pagamento, previsto no Anexo II da Escritura de Emissão. A totalidade dos Debenturistas, deliberaram por suspender a apreciação dos itens da Ordem do Dia, com a reabertura para o dia 21 de outubro de 2025 às 14h00.

Ficou deliberado em assembleia:

Os Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, sem abstenção ou voto contrário ao presente item aprovam a prorrogação da Data de Vencimento, prevista na cláusula 3.4. da Escritura de Emissão, em 12 (doze meses), portanto, para o dia 16 de outubro de 2026, assim como a alteração do Cronograma de Datas de Pagamento, previsto no Anexo II da Escritura de Emissão e constante no Anexo II da presente ata, caso a referida prorrogação seja aprovada.

e) Movimentação das debêntures

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.825	23.412
Juros incorridos	1.485	2.958
Pagamentos debêntures	(3.836)	(4.652)
Pagamento de juros	(1.497)	(11.229)
Dação encerramento 1ª emissão	-	(11)
Cedente encerramento 1ª emissão	-	(2.400)
CCBs canceladas encerramento 1ª emissão	-	(368)
Provisão de remuneração aos Debenturistas	28	(1.885)
Total	2.005	5.825

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital Social

O capital social subscrito da Companhia e integralizados, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é de R\$ 10, divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria, cujo acionista é a Vert Participações Ltda.

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

7.3. Resultados de exercício

Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, ou serão convertidos em ações ordinárias no Capital Social quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Despesas operacionais

As despesas a seguir, são derivadas da manutenção das atividades e sua natureza, para fins de gerenciamento das operações, conforme previstas na escritura.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Contabilidade	(49)	(51)
Auditoria	(41)	(67)
Gestão da carteira	(520)	(1.107)
Provisão para perda de crédito esperada	1.515	(1.322)
Provisão de remuneração dos debenturistas	(28)	1.885
Outras despesas	(428)	(220)
Total	449	(882)
Classificadas como		
Gerais e administrativas	(1.038)	(1.445)
Provisão para perda de crédito esperada	1.515	(1.322)
Provisão de remuneração dos debenturistas	(28)	1.885
Total	449	(882)

Os serviços contábeis são contratados por valores mensais pré-fixados. Os serviços de auditoria são contratados para serviços anuais e cobrados conforme Contrato de Prestação de Serviços. Este ano o contrato prevê o pagamento em duas parcelas a serem realizadas no 2º e 3º trimestres respectivamente. Outras despesas são relativas à taxa de fiscalização e são cobradas anualmente pelos órgãos públicos e reguladores (CVM e Prefeitura Municipal).

9. Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, recebíveis financeiros da carteira de crédito deduzidos das despesas financeiras incorridas no exercício.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Juros sobre direitos creditórios	981	3.860
Rendimento de aplicações financeiras	73	86
	1.054	3.946
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(1.485)	(2.958)
Despesas bancárias	(18)	(106)
Total	(1.503)	(3.064)

10. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia não possui demandas judiciais com expectativa de perda provável que requeiram provisão, nem contingências com perda possível que demandem divulgação.

12. Partes relacionadas

Não ocorreram transações envolvendo partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros – Vert Provi

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

14. Eventos subsequentes

Não ocorreu nenhum evento subsequente até a data de emissão das Demonstrações financeiras que requeressem divulgação.